



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JAQUELINE ALMEIDA SANTANA DA SILVA

**INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA, ADALGISA CUNHA:
Sua importância para a educação das pessoas com deficiência visual**

João Pessoa

2015

JAQUELINE ALMEIDA SANTANA DA SILVA

**INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA, ADALGISA CUNHA:
sua importância para a educação das pessoas com deficiência visual**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
como exigência para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dr^a. Sandra Alves da Silva Santiago

João Pessoa

2015

S586i Silva, Jaqueline Almeida Santana da.

Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha: sua importância para a educação das pessoas com deficiência visual / Jaqueline Almeida Santana da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2015.
61f. ; il.

Orientador: Sandra Alves da Silva Santiago
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Instituto dos Cegos da Paraíba. 2. Inclusão. 3. Deficiência visual. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376-056.262 (043.2)

JAQUELINE ALMEIDA SANTANA DA SILVA

**INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA, ADALGISA CUNHA:
sua importância para a educação das pessoas com deficiência visual**

Aprovado em ____/____/____ com média ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Sandra Alves da Silva Santiago – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profa. Dr^a. Ana Dorziat Barbosa de Melo
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profa. Ms. Maria Tereza Lira de Oliveira Chaves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

João Pessoa

2015

Aos meus pais Luiz e Dalva, por me direcionarem no caminho do conhecimento.

A minha amada filha Catarina, pela compreensão, pois, muitas vezes foi privada da minha presença e atenção.

Ao meu marido Laurence, por me encorajar e acreditar que essa é apenas uma etapa vencida e que posso chegar mais longe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor e consumidor da minha fé, que me proporcionou força e sabedoria para conduzir de maneira responsável os anos de estudo aqui concretizados.

À Universidade Estadual do Amazonas, porta de entrada para realização de um sonho.

À Universidade Federal da Paraíba, que me recebeu e oportunizou a conclusão do curso.

A minha orientadora Sandra Santiago, por conduzir esse momento de maneira serena e paciente para elaboração e conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os professores do curso, em especial à professora Maria Tereza, pelo apoio, carinho e amizade.

Ao Instituto dos Cegos da Paraíba, que me proporcionou o acesso a uma riqueza de informações necessárias para realização da pesquisa, e a todos os seus funcionários pela colaboração desempenhada.

Aos alunos com deficiência visual, Elizabeth, Lucas e Thiago, os grandes responsáveis e incentivadores deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, os meus eternos agradecimentos.

Eu, que sou cega, posso dar uma sugestão aos que veem - um conselho àqueles que deveriam fazer completo uso do dom da vista: servi-vos dos vossos olhos como se amanhã fosse cegar.

O mesmo princípio é válido para o restante dos sentidos.

Ouvi a música das vozes, o canto de uma ave, os poderosos acordes de uma orquestra, como se amanhã fôsseis vítimas da surdez.

Tocai em tudo que desejais tocar, como se amanhã viésseis a ficar privado da faculdade do tato.

Aspirai o perfume das flores, saboreai com deleite os vossos alimentos, como se amanhã perdêsseis o olfato e o paladar.

Helen Keller

RESUMO

A iniciativa de realizar um estudo acerca da primeira instituição especializada de cunho filantrópico e assistencialista no atendimento às pessoas com deficiência visual (DV) na Paraíba parte da necessidade de uma análise do papel desta instituição como mecanismo impulsionador de inclusão social para que alunos com deficiência visual alcancem autonomia. Para atender o objetivo do trabalho, revisitamos a história do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, sua abrangência no atendimento e sua importância no processo de inclusão em espaços escolares. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujas metodologias adotadas foram a bibliográfica e de campo. Os dados obtidos foram por meio de pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturada realizada com a coordenação pedagógica da instituição, diretoria, professores, pais e alunos. A pesquisa mostra que o trabalho desenvolvido pelo Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha no seu Atendimento Educacional Especializado e outras atividades complementares proporciona aos alunos dessa instituição um melhor desempenho nas atividades educacionais realizadas em escolas regulares nas quais estão matriculados, pois estes recebem, no Instituto, todo o aparato necessário para sua aprendizagem.

Palavras-chave: Instituto dos Cegos da Paraíba, Inclusão, Deficiência Visual.

RESUMEN

La iniciativa de realizar un estudio acerca de la primera institución especializada de índole filantrópica y de asistencia en la atención a personas con deficiencia visual (DV) en Paraíba parte de la necesidad de un análisis en el papel de esta institución como mecanismo impulsor de inclusión social para que alumnos con deficiencia visual alcancen la autonomía. Para atender el objetivo del trabajo, reexaminamos la historia del Instituto de Ciegos de Paraíba, Adalgisa Cunha, su alcance en la atención y su importancia en el proceso de inclusión en espacios escolares. Se trata de una investigación (o de un estudio) de naturaleza cualitativa, cuyas metodologías adoptadas fueron la bibliográfica y la de campo. Los datos obtenidos fueron por medio de investigación documental, observación y entrevistas semi estructuradas, realizadas con la coordinación pedagógica de la institución, equipo directivo, profesores, padres y alumnos. La investigación muestra que el trabajo realizado por el Instituto de Ciegos de Paraíba, Adalgisa Cunha en su Atención Educativa Especializada y otras actividades complementarias proporciona a los alumnos de esa institución un mejor desempeño en las actividades educativas realizadas en escuelas regulares en las cuales están matriculados, ya que reciben, en el Instituto, todos los recursos necesarios para su aprendizaje.

Palabras Claves: Instituto de Ciegos de Paraíba, Inclusión, Deficiencia Visual.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Campanha Nacional de Educação dos Cegos
CNESP	Centro Nacional de Educação Especial
CENEC	Classificação Internacional de Doenças
CELP	Companhia Elétrica de Pernambuco
CID	Conselho Nacional de Educação
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
FUNAD	Fundação de Apoio ao Deficiente
FEBEMAA	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor Alice de Almeida
FLCB	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FNDE	Fundação para o Livro do Cego no Brasil
FUNCEP	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba
IBC	Instituto Benjamim Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Providência e Assistência Social
ICPAC	Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONCE	Organização Nacional dos Cegos da Espanha
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUS	Sistema Único de Saúde
TELPA	Telecomunicações da Paraíba
WHO	World Health Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Adalgisa Duarte da Cunha e o Interventor Federal Ruy Carneiro	25
Figura 2	Espaço provisório do Asilo de Mendicidade, Carneiro da Cunha.	26
Figura 3	Os sete primeiros alunos do ICPAC.	26
Figura 4	Diário Oficial da União, 28/08/1948.....	28
Figura 5	Solenidade de lançamento da Pedra Fundamental.....	28
Figura 6	Sede Própria do ICPAC	29
Figura 7	Solenidade de inauguração do ICPAC.....	30
Figura 8	Programa “Honra ao Mérito” da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (21/05/1952) .	31
Figura 9	Alunos da 1ª série no ICPAC, 1965.....	33
Figura 10	Oficina de vassouras do ICPAC.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação das Limitações Visuais segundo a OMS.....	17
Quadro 2	Coeficientes de Cegos por 10.000 habitantes	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL	17
2.1 Conceituando a Deficiência Visual.....	17
2.2 Contexto Histórico-Social da Deficiência Visual.....	18
2.3 Primeiras Iniciativas às Pessoas com Deficiência Visual no Brasil	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A Institucionalização da Educação Especial na Paraíba	23
3.1 Tipo de Pesquisa.....	23
3.2 Local e Sujeitos da Pesquisa	24
3.3 Técnicas de Pesquisa.....	24
3.4 Revisitando a História do ICPAC	25
3.5 Abrangência do Instituto na Atualidade	48
3.6 A Importância do Instituto no Processo de Inclusão em Espaços Escolares.....	49
3.7 Depoimentos dos sujeitos.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar o papel que o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, vem realizando durante 70 anos na educação das pessoas com deficiência visual. Nossa principal motivação para pesquisar o assunto foi a ausência de pesquisas realizadas sobre o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, e também refletir sobre o trabalho desenvolvido pela instituição.

O conceito de deficiência vem se modificando para acompanhar as inovações na área da saúde e a forma como a sociedade se relaciona com a parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência. Dessa forma, a abordagem da deficiência evoluiu do modelo médico, que considerava somente a patologia física e o sintoma associado que dava origem a uma incapacidade, para um sistema como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) em 2001, que entende a incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação.

Conforme estudos realizados pelo IBGE (2010), a investigação do tema “pessoas com deficiência” também sofreu modificações ao longo dos levantamentos censitários para se adequar a essa evolução do conceito de deficiência. Além do Censo Demográfico 2010, o tema esteve presente no primeiro levantamento censitário brasileiro, em 1872, e nos Censos Demográficos 1890, 1900, 1920, 1940, 1991 e 2000, porém, com mudanças nos conceitos utilizados.

De acordo com o último Censo 2010 do IBGE¹, o Brasil possuía 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, 23,9% da população brasileira. Destas, a deficiência visual era a que mais atingia, com 35 milhões de pessoas afetadas. Acreditando que o número de pessoas com deficiência visual, segundo dados estatísticos, representa uma quantidade relativamente alta em consideração às outras deficiências, sentimos a necessidade de realizar um breve estudo sobre essa deficiência, abordando algumas considerações sobre a deficiência visual segundo a Organização Mundial de Saúde.

Essa deficiência, assim como as demais, sempre foi vista de maneira preconceituosa por parte da sociedade, que acreditava na incapacidade desses indivíduos. Ao longo de vários períodos da história, essas pessoas eram segregadas, abandonadas e

¹ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

eliminadas do convívio das demais pessoas. Contudo, com o passar do tempo, se incutia uma nova visão desses sujeitos, sobretudo, com a possibilidade de cura e a tentativa de proporcionar educação às pessoas com deficiência.

Os movimentos em prol das pessoas com deficiência chegaram ao Brasil e deram início as primeiras iniciativas de atendimento a essa população, a partir da fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, durante o período Imperial. A partir dessa iniciativa, outras instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiência começaram a surgir em vários estados brasileiros.

Nesta perspectiva, surge no Estado da Paraíba a primeira instituição especializada no atendimento das pessoas com deficiência visual, iniciativa particular da Senhora Adalgisa Duarte da Cunha, com o apoio de pessoas preocupadas e sensibilizadas com a recuperação, socialização e educação dos cegos. Assim, essa instituição vem realizando, durante 70 anos de criação, um trabalho em benefícios das pessoas com deficiência visual.

Neste contexto, o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, foi e é visto como o espaço preparado para atender às pessoas com deficiência visual na cidade de João Pessoa, principalmente no que se refere ao atendimento educacional especializado, pois conta com um aparato de profissionais altamente preparados, dando todo o suporte necessário às pessoas com essa característica. Fato este que não ocorre em grande parte das escolas da cidade, pois as políticas educacionais para educação especial não têm atendido de forma satisfatória o objetivo de conduzir a escola regular a assumir o desafio de atender às necessidades educacionais de todos os alunos.

O Instituto desenvolve atividades na área da Educação, Cultura, Esporte, Lazer, e tem como objetivos², entre outros, as seguintes ações: proporcionar o atendimento educacional especializado a crianças, adolescentes, jovens e adultos com cegueira total e baixa visão, visando sua integração à sociedade e o pleno exercício da sua cidadania; trabalhar pela conscientização da sociedade paraibana, visando difundir as potencialidades e direitos desses sujeitos; estimular a participação dos alunos em atividades artísticas, culturais, recreativas e desportivas; além de promover intercâmbio e cooperação técnica com entidades nacionais, estaduais e estrangeiras, visando a qualificação dos atendimentos especializados da Instituição.

O trabalho desenvolvido está, pois, organizado da seguinte forma: além deste

² O objetivo do ICPAC encontra-se em seu Estatuto, publicado em Diário Oficial do Estado da Paraíba, n.º. 9768, p.12, 5 de ago. 1994.

capítulo introdutório, apresentaremos, no capítulo 2, algumas considerações sobre a deficiência visual. Para isso, foi necessário realizar um breve estudo para compreendermos a deficiência e como ela é conceituada, o percurso da pessoa com deficiência visual no contexto histórico-social e as primeiras iniciativas realizadas no Brasil, para o atendimento das pessoas com deficiência visual.

No capítulo 3, apresentamos nossa pesquisa que se constituiu da revisão bibliográfica de cunho documental, seguida da pesquisa de campo, na qual revisitamos a história do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, primeira instituição especializada no Estado da Paraíba, criada em 1944, para o atendimento das pessoas com deficiência visual, sua abrangência na atualidade e a importância do Instituto no processo de inclusão em espaços escolares, seguida de importantes reflexões realizadas, através de depoimentos dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Esperamos, portanto, com este estudo, corroborar a importância social que esta instituição representa para as pessoas com deficiência visual, tornando-a, portanto, modelo a ser seguido pelo Estado através do seu sistema educacional.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL

2.1 Conceituando a Deficiência Visual

A organização Mundial de Saúde (OMS) considera deficiência visual a privação em parte ou total da capacidade de ver, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. Essa deficiência pode ser congênita ou adquirida e divide-se em dois grupos que são determinados de acordo com o nível de acuidade visual³ (BRASIL, 2007).

De acordo com o Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999, Art.4º, Capítulo III e o Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, Art.5º, Capítulo II, conceitua-se como deficiência visual:

A visão subnormal, baixa visão ou visão residual, que se refere a uma redução da acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, e caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção óptica. No entanto, as pessoas com visão subnormal, baixa visão ou visão residual, podem utilizar recursos óticos especiais para conseguir ler textos impressos ampliados. Já a cegueira é a perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica (BRASIL, 2013, p. 238, 277 a 278).

As principais causas desse tipo de deficiência podem ocorrer através de doenças congênitas, são elas: Amaurose congênita de Leber, Malformações oculares, Glaucoma congênito e Catarata congênita; ou hereditárias; ou adquiridas (qualquer sujeito está exposto), são elas: Traumas oculares, Catarata, degeneração senil da mácula, Glaucoma e alterações relacionadas à hipertensão arterial e diabetes, ou ainda em decorrência de causas acidentais (BRASIL, 2006).

Assim, pode-se dizer que qualquer indivíduo, exceto aquele que já nasce com a deficiência, está exposto a adquirir a deficiência visual pelas razões supracitadas. No entanto, para um diagnóstico preciso, é necessária a visita a um oftalmologista, para que o mesmo examine e possa gerar um laudo médico, comprovando, assim, a deficiência existente.

Segundo o Conselho Internacional de Oftalmologia, explicitada na CID-10 (Classificação Internacional de Doenças, Décima Revisão) e aceita pela Organização Mundial de Saúde, a visão é classificada de vários tipos. De acordo com a intensidade da deficiência, ela pode ser classificada como: leve, moderada, severa, profunda e perda total da visão. A

³ Denomina-se acuidade visual a clareza da visão, ou seja, é a distância de um ponto ao outro em linha reta por meio do qual se percebe a forma e o contorno dos objetos (BRASIL, 2007, p.17).

classificação das limitações visuais de acordo com a classe de acuidade visual, segundo a OMS/CID-10, é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das Limitações Visuais segundo a OMS

Classificação da deficiência visual		Acuidade visual com a melhor correção possível	
		Máximo inferior a	Mínimo igual ou melhor que
Baixa Visão	1	3/10 (0,3)	1/10 (0,1)
	2	1/10 (0,1)	1/20 (0,05)
Cegueira	3	1/20 (0,05)	1/50 (0,02)
	4	1/50 (0,02) conta dedos a 1 m	Percepção de luz
	5	Ausência da percepção da luz	

Fonte: (OMS/CID 10, 2007)

2.2 Contexto Histórico-Social da Deficiência Visual

Na Antiguidade, as pessoas cegas eram consideradas dependentes, incapazes, anormais, deformadas ou inválidas, o que as tornavam segregadas e excluídas da sociedade, assim como as demais pessoas com deficiência, acarretando consequentemente, em sua rejeição e eliminação. Para que possamos compreender este fato, se faz necessário, um breve histórico sobre as pessoas com deficiência em cada momento da história. Assim sendo, na Antiguidade, mais precisamente, em Esparta e Atenas, os sujeitos com deficiências eram considerados subumanos, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos de beleza e perfeição, que emergiam como padrão nesses dois locais. Em Espartas, os sujeitos que não atendiam esse padrão eram lançados do alto dos rochedos e, em Atenas, eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. Desse fato, Platão (428-348 a.C.) emite sua opinião a respeito dos sujeitos com deficiência e como se deveria proceder em relação a eles.

[...] no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer [...]. Quanto às crianças doentes e as que sofrem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto (PLATÃO apud CARVALHO, 2009, p. 32).

Na Idade Média, mais precisamente na Europa, propagou-se a inquisição religiosa na qual se sacrificava os sujeitos com deficiência, alegando que estes eram possuídos por demônios, ou seja, acreditava-se que as deficiências tinham relações com o ocultismo e misticismo. Gradativamente, a concepção de deficiência variava em função das noções teológicas de pecado e expiação, atribuindo-se ora a desígnios divinos, ora a posseção de

demônios. Sobre este fato, Mazzota (2011) diz que:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, inculcava a ideia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTA, 2011, p.16).

Diante disso, a sociedade punia essas pessoas com a morte, aprisionamentos, torturas e castigos severos. Com a propagação do cristianismo, passa-se a pregar a aceitação das pessoas com deficiência, ao considerá-los possuidores de alma e “filhos de Deus”. Surge, então, as primeiras instituições asilares e abrigos de assistência às pessoas com deficiência. Todavia, a igualdade de status moral e teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos desses sujeitos, pois, nenhuma destas ações podia assegurar a participação – ou pelo menos o direito à vida – de indivíduos com deficiência, sendo, portanto, seres sem nenhuma serventia para a civilização moderna (SANTIAGO, 2011).

Na Idade Moderna, o sujeito com deficiência ao ser visto pelo olhar científico, deixando de lado as crenças e o senso comum, passou a ser passível de recuperação ou ser tratado de suas anomalias através da medicina. Assim, o conhecimento científico, embora focasse o ponto de vista patológico possibilitou uma educação mais real para as pessoas com deficiência.

Já na Idade Contemporânea, com as mudanças sociais que emergiram a partir de um novo modelo econômico, “surgiram na Europa movimentos de grupos sociais preocupados com os direitos e deveres da minoria, bem como o das pessoas com deficiência, concretizando assim, em medidas educacionais” (MAZZOTTA, 2011, p.17).

2.3 Primeiras Iniciativas às Pessoas com Deficiência Visual no Brasil

Os movimentos pelo atendimento das pessoas com deficiência chegaram ao Brasil, reproduzindo os modelos europeus. Segundo Januzzi (2006, p.20), “[...] o surgimento da educação das pessoas com deficiência no Brasil aconteceu devido ao envolvimento de pessoas sensibilizadas com o problema, que encontraram apoio governamental”. Isso motivou a abertura dos primeiros institutos voltados para o atendimento das pessoas com deficiência: Um destinado às pessoas com deficiência visual e o outro para pessoas com deficiência auditiva, ambos abertos no século XIX.

De acordo com pesquisas dessa mesma autora, a história Educacional das pessoas

com deficiência visual, no Brasil, inicia-se por um jovem cego chamado José Álvares de Azevedo. Descendente de família rica, Azevedo foi enviado a Paris, quando criança, para estudar no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, o qual tinha como fundador e diretor Valentin Haüy. Durante os oito anos que estudou nesse instituto, o mesmo pôde adquirir conhecimentos científicos e experiência. Ao regressar ao seu país de origem, teve como objetivo contribuir para que os cegos no Brasil pudessem ter acesso aos conhecimentos que ele adquiriu. Ao tomar conhecimento da capacidade e profissionalismo desse jovem, o francês, naturalizado brasileiro, Dr. Francisco Xavier Sigaud, médico da família Imperial, pediu que o mesmo ensinasse sua filha cega, Adèle Marie Louise Sigaud, o sistema de escrita Braille. Impressionado com o desempenho da sua filha, Sigaud se vê motivado a solicitar ao Imperador a abertura de uma escola destinada aos cegos, seguindo o mesmo modelo do instituto de Paris.

Em Janeiro de 1853, o doutor Sigaud e o professor Azevedo entregaram a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Império, um requerimento propondo a criação de uma escola que atendesse no mínimo vinte e cinco alunos. Ferraz apresentou a proposta à Assembleia Legislativa em maio do mesmo ano, no entanto, a mesma não chegou a ser contemplada. Apesar disso, o Ministro acreditou na abertura do instituto e, antecipadamente, com a ajuda do professor, solicitou que viesse de Paris todo o material necessário para ser utilizado pelos alunos.

Um ano depois, em 12 de Setembro de 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, através do Decreto Imperial nº 1.428. Assim, após cinco dias ocorre sua inauguração, que se deu na antiga propriedade do primeiro Barão do Rio Branco. Tal solenidade contou com a presença da família Imperial, autoridades da corte e do primeiro diretor do instituto o Dr. Sigaud, porém, sem a presença do precursor do mesmo, o professor Azevedo, que havia falecido em março do mesmo ano (LEMOS e FERREIRA, 1995).

Segundo pesquisas de Lemos e Ferreira (1995), o instituto foi aberto com a finalidade de:

Educar crianças cegas e prepará-las segundo sua capacidade individual, para exercício de uma arte, de um ofício ou de uma profissão liberal. Para tanto, ofertaram trinta vagas, sendo dez inteiramente gratuitas para atender a classe pobre da sociedade e as demais a obrigatoriedade do pagamento de pensão (LEMOS e FERREIRA, 1995, p.5).

Em 10 de novembro de 1856, Sigaud veio a falecer e, apesar do curto período que

esteve à frente do Instituto, atribuiu grande importância à alfabetização e ao ensino de algumas profissões consideradas compatíveis com a cegueira. Dando continuidade aos trabalhos de seu antecessor, o Conselheiro Cláudio Luiz da Costa assume a direção do Instituto. O ensino passou a ser sistematizado e norteado por um rigoroso programa curricular composto pelas seguintes matérias: Geografia, Física, Geometria, Álgebra, Noções Genéricas de Ciências Naturais e a Gramática Portuguesa. Vale lembrar que as meninas eram excluídas das disciplinas supracitadas.

A fim de atender as necessidades dos alunos, acreditando que nem todos poderiam exercer atividades intelectuais, o então diretor contratou profissionais que pudessem ensinar ofícios aos meninos cegos. Portanto, o instituto, passou a ser prestigiado por formar um número significativo de alunos cegos aptos a atuarem tanto em trabalhos específicos (tamanqueiro, encadernador, torneiro, empalhador de cadeira, entre outros), quanto no próprio instituto ou no ensino particular, assumindo o cargo, inicialmente, de professores repetidores. Após o exercício de dois anos nessa função, passavam a adquirir o direito de ser professor efetivo da instituição.

Para Lemos e Ferreira (1995), a montagem de uma tipografia para impressão em pontos salientes foi um fato que se destacou durante a sua gestão.

[...] era lançado o alicerce da atual Imprensa Braille e, já em 1863, publicava-se o primeiro livro em alto-relevo no Brasil, a "História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos", escrito pelo próprio Cláudio Luiz da Costa (LEMOS e FERREIRA, 1995, p.5).

Com o falecimento de Costa, em junho de 1869, o Instituto foi assumido pelo Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães⁴, que, desde 1861, já lecionava Matemática e Ciências Naturais na instituição, tornando-se o terceiro diretor, cargo exercido até novembro de 1889, quando assumiu a pasta do Ministério da Guerra no Brasil República.

Apesar de Benjamin Constant receber o Instituto consolidado e aparelhado suas instalações não eram convenientemente boas. Para isso, foi necessária a construção de um edifício maior que atendesse a demanda, pois a procura por vagas crescia cada vez mais, principalmente vinda das províncias mais distantes (LEMOS e FERREIRA, 1995).

Apenas em 1890 foi concluída a primeira fase da construção, “um ano antes da morte de Benjamin Constant, que, aliás, já não era diretor do Instituto”, e a segunda fase só foi finalizada em 1944 (LEMOS e FERREIRA, 1995, p.6).

Lemos e Ferreira (1995, p.6) afirmam “ter sido Benjamin Constant aquele que definitivamente consolidou o Instituto como escola, devendo-lhe o prestígio de âmbito nacional que viria a alcançar como primeiro educandário para cegos na América Latina”.

Tão grande era seu interesse pela integração social dos sujeitos cegos, que, mesmo já no exercício da Pasta do Ministério da Guerra e, logo após, como Ministro dos Correios e Instrução Pública, no ardor do incipiente regime republicano, não se descuidou dos problemas relativos à educação e enviou à Europa uma Comissão para estudar e adquirir o que de mais moderno houvesse para o completo aparelhamento pedagógico da Instituição (LEMOS e FERREIRA, 1995, p.6).

Tal experiência proporcionou a expansão e abertura de outras instituições educacionais direcionadas às pessoas com deficiência visual em outros estados brasileiros entre os anos de 1926 a 1957. Seguindo o modelo educacional do IBC, podemos destacar: o Instituto São Rafael, em Minas Gerais (1926); o Instituto Padre Chico, em São Paulo (1928); o Instituto de Cegos, na Bahia (1929); o Instituto Santa Luzia, Rio Grande do Sul (1941); o Instituto de Cegos do Ceará, no Ceará (1943); o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (1944) e o Instituto dos Cegos de Campina Grande (1952), ambos na Paraíba, e o Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (1957).

Vale ressaltar que, ao longo dos anos, o IBC tem-se dedicado, além da educação especializada a “capacitação de recursos humanos, a publicações científicas e a inserção de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho” (BRASIL, 2001, p.27).

Outra importante instituição foi a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), fundada em São Paulo em 11 de março de 1946, e em 1990, passou a se chamar Fundação Dorina Nowill para cegos, tendo como objetivo principal e inicial, “[...] produzir e distribuir livros impressos em sistema braile. Posteriormente teve suas atividades ampliadas no campo da educação, reabilitação e bem-estar social das pessoas cegas e de visão subnormal” (MAZZOTTA, 2011, p.35-36).

A mesma caracterizava-se por ser uma organização particular, sem fins lucrativos, com abrangência nacional. Através do Decreto n.40.269, de 15 de fevereiro de 1957, foi declarada entidade de utilidade Pública Federal, obteve também a declaração como entidade Pública Municipal pelo Decreto n.40.644, de 25 de março de 1960, e de utilidade Pública Estadual pela Lei n.8.059, de 13 de janeiro de 1967.

Neste contexto, podemos afirmar que essas foram às primeiras iniciativas no Brasil, voltadas para as pessoas com deficiência visual.

⁴ Sobre Benjamim Constant ver LEMOS (1999).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A Institucionalização da Educação Especial na Paraíba

3.1 Tipo de Pesquisa

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a bibliográfica de cunho documental seguida de pesquisa de campo. O estudo foi baseado no levantamento de documentos pesquisados nos arquivos do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha e de produções científicas na área.

Segundo Lakatos e Marconi (1996).

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 1996, p.66).

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, Lakatos e Marconi (2007) entendem que a pesquisa qualitativa se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo análise mais detalhada sobre os hábitos, atitudes, tendências, dentre outros aspectos que envolvem os atores investigados, possibilitando seguramente a compreensão de uma realidade que não pode ser quantificada. Portanto, essa é a abordagem adequada à nossa investigação.

Utilizamos na investigação a pesquisa exploratória e descritiva. Para Trivinõs (1987), os estudos exploratórios servem para que o pesquisador aprofunde seus conhecimentos sobre o fenômeno estudado. Com relação à pesquisa descritiva, o autor acrescenta que se trata de estudos que objetivam ao conhecimento da comunidade, população ou fenômeno, seus traços, problemas, hábitos, relações, dentre outros.

A pesquisa descritiva, observa, registra, analisa e ordena dados sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais, destaca-se a entrevista (ALMEIDA, 1996, p.104).

3.2 Local e Sujeitos da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, situado na Avenida Santa Catarina, 396, no bairro dos Estados, na cidade de João Pessoa, local que oferece assistência educacional, cultural e social às pessoas com baixa visão e cegueira, tendo como sujeitos a coordenação pedagógica, diretoria da Instituição, professores, pais, ex-alunos e alunos que frequentam a rede regular de ensino e recebem atendimento especializado no Instituto. Levando-se em consideração que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, a nossa amostragem foi construída a partir do seguinte critério: uma coordenadora Pedagógica, um Presidente do Instituto, um professor, um pai de aluno, um aluno e uma ex-aluna.

Embora a pesquisa tenha sido basicamente documental, usamos esses sujeitos para ilustrar o que observamos nos documentos.

Nosso objetivo foi garantir na pesquisa aqueles sujeitos que tinham uma vinculação significativa com o problema a ser investigado.

3.3 Técnicas de Pesquisa

As técnicas utilizadas na pesquisa foram a documental, observação e entrevista semiestruturada. Utilizamos os seguintes documentos para a pesquisa: Ofícios; Estatutos; Alvará de funcionamento; Atas; Diário Oficial da União; comprovantes de doações e subvenções, relatórios de atividades anuais, recortes de jornais da época com informações sobre o Instituto, Livros, artigos, boletim de informações e fotografias.

A entrevista foi realizada individualmente no ICPAC, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 com 5 pessoas na expectativa de enriquecer os dados relevantes para a nossa pesquisa. Foram elas: o Presidente do ICPAC, a Coordenadora Pedagógica, um pai de aluno, um aluno e uma ex-aluna e atualmente professora da instituição.

De acordo com Lakatos e Marconi (2007), na entrevista semiestruturada é possível obter dados que não se encontram em fontes documentais e que são relevantes e significativos, primando por um ambiente mais informal entre o pesquisador e o pesquisado.

A escolha de realizar a entrevista pôde proporcionar aos sujeitos liberdade para responderem de maneira espontânea, sem rigor. Para isso, foram registradas através de um gravador, na intenção de refletirmos melhor nas respostas dos entrevistados.

Portanto, as questões que nortearam a nossa pesquisa foram:

Qual a importância que o ICPAC tem para as pessoas com deficiência visual?

Qual a sua opinião sobre a educação oferecida pelo ICPAC?

3.4 Revisitando a História do ICPAC

Somente no século XX, as iniciativas particulares de indivíduos ou grupos desempenharam fundamental papel de impulsionadores do movimento de organização Institucional do atendimento das pessoas com deficiência. Tal iniciativa tornou-se viável, todavia, a possibilidade de esses indivíduos terem acesso a educação, mesmo de maneira tímida, foi negada durante muito tempo, por estes não pertencerem a classe privilegiada da sociedade, pois, como afirma Santiago (2011) : “as pessoas com deficiência oriunda da classe dos trabalhadores [...] não tinham chance de receber educação [...]” (SANTIAGO, 2011, p. 242).

Neste contexto, podemos considerar que as instituições especializadas desempenharam papel fundamental para que as conquistas relativas a tais sujeitos fossem ampliadas, uma vez que as mesmas foram, e de certa forma continuam sendo, responsáveis pelo ensino especializado. Para compreendermos, portanto, este fato, destacamos a iniciativa particular realizada no estado da Paraíba, voltada para o atendimento de crianças cegas, até então desassistidas pelo Estado. Tal ação partiu de uma mulher preocupada com a situação dessas pessoas que não tinham acesso à educação.

Adalgisa Duarte da Cunha, idealizadora e fundadora desse projeto, nasceu na cidade do Recife, em 10 de abril de 1881, casou-se aos 23 anos de idade com o Dr. Clímaco Xavier da Cunha, que exerceu por vários anos a magistratura no Estado da Paraíba. Deste matrimônio nasceram quatro filhos, Myrthes Cunha de Barros Coelho, Breno Duarte da Cunha, Hálamo Duarte da Cunha e Alba Duarte da Cunha. Desde a juventude se dedicou as atividades filantrópicas e intelectuais, tendo colaborado em diversos órgãos da imprensa pernambucana. Pela vasta experiência profissional como professora na cidade de Recife, sua terra natal, a senhora Adalgisa destacou-se de maneira extraordinária como preceptora da língua francesa, no qual realizou várias traduções nesse idioma.

Figura 1: Adalgisa Duarte da Cunha e o Interventor Federal Ruy Carneiro em 1952.



Fonte: ICPAC.

No entanto, para que tal projeto fosse concretizado, foi necessário o apoio de pessoas que também estivessem preocupadas e sensibilizadas com a recuperação, socialização e educação dos cegos. Para tanto, solicitou ajuda de autoridades governamentais da Paraíba, como o então Interventor Federal Ruy Carneiro⁵ e o Prefeito da cidade, com o intuito de receber ajuda financeira, além das irmãs da ordem Santa Catarina de Sena que pertenciam ao Asilo de Mendicidade, com o propósito de disponibilizar um local que abrigasse seus alunos.

Diante desse pedido, as irmãs lhes concederam um espaço provisório alugado, no Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha⁶, local onde foi fundado em 16 de maio de 1944 o Instituto dos Cegos da Paraíba, no qual, ficou por sete anos, hoje conhecido como Lar da Providência, situado no bairro dos Estados, e subvenções expedidas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, segundo documentos arquivados no Instituto.

Este local de assistência aos cegos recebeu o nome de Instituto dos Cegos da Paraíba, que adquiriu personalidade jurídica Nº 7.218, em 08 de junho de 1944, ao ser registrado seu primeiro Estatuto.

⁵ Governou como Interventor do Estado da Paraíba durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, durante o período de 1940 a setembro de 1945.

⁶ <https://archive.org/stream/adminisparaiba1941govr#page/n147/mode/2up> O Asilo obteve personalidade Jurídica Nº.25.675-48. DOU 27/10/1949 – pg. 29 – Seção 1

Figura 2: Espaço provisório do Asilo de Mendicidade, Carneiro da Cunha em 1944.



Fonte: ICPAC.

Em 03 de fevereiro de 1945, com um total de sete alunos, quatro moças e três rapazes, as atividades educacionais foram iniciadas junto aos cegos, no local provisório. A instrução e o ensino pelo método Braille de Língua portuguesa e aritmética foram ministradas aos cegos pelo professor Antônio Salgado Ribeiro, contratado do Rio de Janeiro.

Figura 3: Os sete primeiros alunos do ICPAC no Asilo de Mendicidade, Carneiro da Cunha em 1944.



Fonte: ICPAC.

Havia na época no Instituto apenas um professor contratado, o que obrigou Adalgisa Duarte da Cunha a aprender o Braille e produzir material didático especializado, necessário ao atendimento dos alunos, este fato ocorreu devido a demora do envio do material didático por

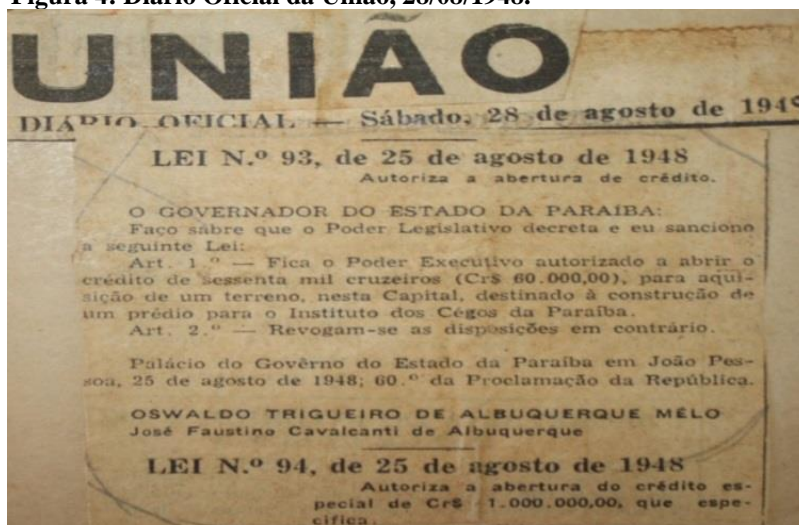
parte do Instituto Benjamim Constant⁷. Por isso, escreveu manualmente conteúdos de gramática, geografia, história do Brasil, ciências, entre outros. À medida que o tempo passava, o número de discentes favorecidos aumentava e, logo, foi necessária a contratação em 1946 de mais um professor, também vindo do Rio de Janeiro, Marcolino Santana, cego com grandes habilidades no ensino de música e leitura pelo método Braille. No programa educacional da instituição, incluía-se também, aprendizagem de música e educação moral, e também era oferecida assistência médica-odontológica aos internos. Para que aos alunos pudessem aprender um ofício, uma pequena oficina de vassouras foi instalada no espaço provisório. Por sua atuação profundamente humana e social, o Instituto dos Cegos da Paraíba foi considerado de utilidade Pública sob o Decreto nº 758 de 17 de julho de 1946.

Apesar dos avanços, Adalgisa Duarte da Cunha encontrava-se insatisfeita, pois desejava um local próprio que pudesse abrigar convenientemente seus alunos internos, onde os mesmos pudessem encontrar estabilidade e segurança no futuro, além de ampliar o atendimento para mais alunos. Para realizar tal desejo, sugeriu, portanto, a compra de um terreno situado na Avenida Santa Catarina pertencente ao Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, tendo em vista que o imóvel não era utilizado.

Determinada a edificar a sede própria na qual daria continuidade ao projeto que até então estava sendo realizando no Asilo de Mendicidade Carneiro Cunha, em 12 de julho de 1948, solicitou o apoio do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba a fim de requerer um Projeto de lei que aprovasse a doação do terreno pelo Estado. Assim, conseguiu uma subvenção do Estado doado pela Assembleia Legislativa, no valor de CR\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para aquisição do terreno, que adquiriu teor legal de acordo com a lei nº. 93 de 25 de agosto de 1948, decretada pelo poder legislativo e sancionado pelo então Governador do Estado da Paraíba, Doutor Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, conforme se vê na figura a seguir:

⁷ Primeira instituição destinada aos cegos, fundada no Brasil em 12 de set. de 1854.

Figura 4: Diário Oficial da União, 28/08/1948.



Fonte: ICPAC.

A partir dessa lei, o Instituto dos Cegos da Paraíba tornou-se proprietário do referido terreno, iniciando assim, em 08 de novembro de 1949 a construção da referida Instituição.

O acontecimento foi marcado por uma solenidade, na qual estavam presentes, a Presidente e Diretora do Instituto dos cegos, Adalgisa Duarte da Cunha, seu esposo o Dr. Clímaco Xavier; o Prefeito do Município, Osvaldo Pessoa; as irmãs do Asilo de Mendicidade e o Padre João Onofre; o Diretor do Departamento de Educação, Lucas Suassuna, representando o Governador do Estado; o engenheiro Targino Pereira (conforme figura 5), que se prontificou a dirigir gratuitamente todos os serviços da construção além de representantes da imprensa escrita e da sociedade paraibana. Tais informações encontram-se registradas no jornal “A Imprensa” datado de 8 de novembro de 1949.

Figura 5: Solenidade de lançamento da Pedra Fundamental do Instituto dos Cegos da Paraíba em 1949.



Fonte: ICPAC.

No entanto, algumas dificuldades financeiras surgiram durante a construção e, preocupada com a possibilidade de paralisar a edificação por falta de recursos materiais, Adalgisa Duarte da Cunha, em 1950 procurou a imprensa paraibana na intenção de apelar a toda sociedade por ajuda. Por ser uma pessoa influente na sociedade e pela preocupação com os menos favorecidos, conseguiu algumas doações efetuadas por pessoas sensibilizadas com a causa. Um ano depois, o Instituto estava edificado e era inaugurada, no dia 10 de junho de 1951, sua sede própria, localizada na Avenida Santa Catarina, no bairro dos Estados na cidade de João Pessoa, conforme figuras abaixo, que mostram a fachada da sede no jornal “A União”, datado de 12 de junho de 1951, que registrou a solenidade de inauguração.

Figura 6: Sede própria do ICPAC em 1951.



Fonte: ICPAC.

Figura 7: Solenidade de inauguração do Instituto dos Cegos da Paraíba em 1951.



Fonte: ICPAC.

Na solenidade inaugural estavam presentes, o Governador do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida, o Secretário da Agricultura, Pedro Gondim, e outras autoridades do governo e da sociedade paraibana. Nesta ocasião, foi eleita a nova diretoria da instituição, constituída por: Presidente de honra Alice de Almeida, primeira dama e presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Estado; Presidente efetiva, Adalgisa Duarte da Cunha; Vice Presidente, Estelita Lourdes; Secretária, Irene Melo, e a Tesoureira, Noêmia Trindade.

Por dedicação, compromisso e iniciativa de fundar e manter esta instituição, Adalgisa Duarte da Cunha, foi homenageada em 21 de Maio de 1952, na rádio Nacional do Rio de Janeiro, no programa “Honra ao Mérito”⁸. O Senador Ruy Carneiro, representante paraibano no Congresso, esteve presente como patrono da solenidade, realizando a entrega da distinção conferida a Senhora Adalgisa Duarte da Cunha, pelos trabalhos e atos prestados ao Instituto dos Cegos, conforme registro a seguir no jornal “O Norte”, de 1952.

⁸ Programa da rádio Nacional do Rio de Janeiro, que homenageava pessoas que se destacavam na sociedade.

Figura 8: Adalgisa Duarte da Cunha no Programa “Honra ao Mérito” da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, 21/05/1952.



Fonte: ICPAC.

Quatro anos após a inauguração, o Instituto dos Cegos foi registrado na Secretaria de Educação da Paraíba, sob o N°.1434 de 29 de outubro de 1955, conforme documentos analisados no Instituto. Ao longo dos dez anos após a inauguração, o Instituto foi crescendo e possibilitando o acesso a novos alunos e novos professores, bem como de profissionais capacitados, como foi o caso dos professores encarregados pelo ensino: Dyrce Moreira e Santos, Darcyr Santiago Maia, esta com especialização no Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro, José João Vasconcelos e Nayde Martins Ribeiro, que atuou de maneira significativa por 16 anos no Instituto, segundo relatos. Nayde tinha grande experiência na educação das pessoas com deficiência visual, sendo a principal ligação entre o Instituto dos Cegos da Paraíba e a Campanha Nacional de Educação dos Cegos⁹ (CNEC). Segundo Jannuzzi (2006, p.89), essa campanha objetivava:

⁹ Sobre a Campanha Nacional de Educação dos Cegos ver: Jannuzzi (2006).

[...] educar e reabilitar os deficitários da visão, manter e instalar Centros de Reabilitação e Oficinas Protegidas, Programas de Reabilitação Domiciliar, integrá-los ao comércio, indústria, agricultura, atividades artísticas e educativas, tanto em instituições privadas, quanto públicas, formação de pessoal especializado, fazer recenseamento decenal, pesquisas médico-pedagógicas, médico-social etc. (JANNUZZI, 2006, p.89).

Nesta perspectiva, o programa educacional do Instituto que, iniciou em instalações provisórias no Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, no bairro do Mandacaru, visava promover a instrução entre os que eram privados da visão e melhorar a condição de existência dos mesmos. Para tanto, o Instituto e Educandário passou a oferecer o ensino primário completo e o ensino profissional para ambos os sexos, conforme qualquer outra instituição escolar, com todo o conteúdo ministrado pelo sistema Braille. A música fazia parte do ensino primário e era ministrada pelo professor cego, Laurentino da Silva que ensinava teoria e práticas musicais aos alunos. Fazia parte também do programa educacional, escrita cursiva, ensino de datilografia Braille e datilografia tradicional além de outras atividades oferecidas pelo Instituto como: Atividade da Vida Diária; locomoção; terapia ocupacional; educação moral e cívica. Quanto ao ensino profissional, o Instituto oferecia para os meninos a oficina de marcenaria, responsável pela fabricação de vassouras, gaiolas e pequenos objetos de madeira, local em que os cegos desde a idade de 12 anos aprendiam um ofício; e para as meninas, trabalhos manuais, estas confeccionavam bolsas, tapetes, cestos, entre outros. Quanto ao ensino secundário, os internos eram enviados para escolas da cidade como o Pio X, e o pedagógico na Escola Nossa Senhora de Lourdes e escola técnica.

A Instituição recebia desde crianças com idade a partir de três anos, a jovens de maior idade, sem distinção de sexo. No entanto, o maior obstáculo, como consta nos documentos existentes, foi o número reduzido de alunos infantis. Tal fato ocorria devido a exploração destes por seus familiares, que os obrigava a pedir nas ruas, dificultando, assim, o acesso dessas crianças à Instituição destinada a elas (JORNAL A UNIÃO, 1956 s/p). Anteriormente, no ano de 1946, Adalgisa Duarte da Cunha já havia feito um apelo em uma longa carta dirigida ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de apelação, solicitando-lhe um ofício circular a todos os juízes de Direito das comarcas do interior do Estado da Paraíba, no sentido de encaminhar todo menor cego, física e mentalmente sadio, para receber instruções e aprender ofícios no Instituto¹⁰. Desta maneira, alguns cegos foram direcionados ao Instituto, acolhidos e retirados da condição de mendigos. Para isso, a Presidente da Instituição procurou

¹⁰ Jornal A TRIBUNA, Ano I, Num. VII de 09 de jan. de 1947.

desenvolver os trabalhos de recuperação e educação das pessoas com deficiência visual, tendo em vista a sua inclusão na comunidade como um ser igual aos demais.

À medida que o tempo passava, o Instituto recebia mais alunos e sua importância se fazia cada vez mais presente na vida desses internos. Para isso, esforços de pessoas dispostas a contribuir para a educação dos mesmos foi essencial, como foi o caso da Fundação do Livro para Cegos, que realizou a doação de livros em Braille para o Instituto, administrada na ocasião por Dorina de Gouvêa Nowill¹¹.

Adalgisa Duarte da Cunha esteve conduzindo de maneira brilhante todo o trabalho de assistência à frente da administração da instituição por vinte e três anos, durante os anos de 1944 a 1967. Tinha como objetivo maior, garantir os direitos das pessoas com deficiência visual na sociedade. Para tanto, visava o seu programa educacional: educar crianças cegas com idade a partir de cinco anos sob o regime de internato; educar jovens para que os mesmos pudessem ser encaminhados a escolas da cidade e centro de treinamentos; reeducar adultos cegos ou os que vinham a perder a visão; treinar para uma profissão de acordo com as aptidões pessoais e limitações da cegueira; encaminhar os internos para reabilitação em centros especializados mais avançados; manter a Instituição com a ajuda do trabalho dos internos e colaboração dos externos.

Abaixo, é possível ver a turma de alunos do ICPAC, no ano de 1965.

Figura 9: Alunos da 1ª série no ICPAC, 1965.



Fonte: ICPAC.

A seguir, vemos os internos do ICPAC na oficina profissional, confeccionando

¹¹ Criadora da Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Em 1962, a professora Dorina assumiu o cargo de diretora executiva da Campanha Nacional de Educação dos Cegos. (www.fundacaodorina.org.br)

vassouras, em 1965.

Figura 10: Oficina de vassouras do ICPAC, 1965.



Fonte: ICPAC.

A fim de manter o público informado das atividades desenvolvidas e da realidade que o Instituto enfrentava, contou com seu prestígio na sociedade paraibana, divulgando através da imprensa escrita (Jornal A União, O Estado da Paraíba e o Correio da Paraíba) os relatórios anuais¹². Neles constavam todas as atividades realizadas pelo Instituto durante o ano anterior, como: matrículas, alimentação, estado sanitário, situação financeira, contribuições, subvenções e donativos, entre outras informações.

Em 26 de setembro de 1961, o nome do Instituto dos Cegos da Paraíba foi alterado para Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, homenagem pelos relevantes serviços que a fundadora realizou a frente da instituição. A iniciativa partiu da Vice-Presidente professora Nayde Martins Ribeiro, e foi concretizada em uma assembleia geral extraordinária com os sócios e o Conselho Deliberativo.

Assim, a Sra. Adalgisa pôde realizar durante o tempo que esteve à frente da Instituição um trabalho de assistência aos cegos, contando sempre com o apoio da sociedade paraibana e do governo que muito lhe auxiliou.

Em 01 de Julho de 1968, aos 87 anos de idade, Adalgisa Duarte da Cunha transfere, através de um convênio, a administração do Instituto dos Cegos para as religiosas da Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus. Assim, assumiram a instituição três irmãs religiosas, realizando e desempenhando os trabalhos sem nenhuma remuneração. Para o cargo

¹² Relatórios arquivados no ICPAC.

de Presidente, Irmã Paula; Vice-Presidente, Irmã Fabiola; Tesoureira, Irmã Salomé e Secretário, Severino Cavalcanti. Estas estiveram à frente do Instituto durante os anos de 1968 a 1972.

Vale ressaltar, portanto, que as religiosas, ao longo dos quatro anos, deram continuidade aos trabalhos existentes, bem como, foram responsáveis por progressos no campo educacional. Assim, algumas atividades foram incorporadas, como a disciplina de educação física, o grêmio estudantil, ampliação da frequência dos internos em classes integradas nos colégios da cidade como: Escola Padre Dehon; Santa Dorotéia; Colégio Estadual Santa Julia; Colégio Industrial Federal da Paraíba, SENAC, Conservatório no Instituto Superior de Educação Musical, Escola de Formação de Professores, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba, entre outros. Os alunos que estudavam fora contavam com o auxílio e orientação dos professores itinerantes do Instituto nas escolas.

Toda orientação educacional para as pessoas com deficiência visual foi dada diretamente pela Campanha Nacional de Educação de Cegos, órgão do Ministério da Educação e Cultura, pois a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba não possuía o atendimento de Educação Especial. No entanto, contribuiu, cedendo professores especializados, auxiliares de ensino, um médico, um dentista e auxiliares de serviços.

A partir do interesse que surgiu por parte da comunidade na intensão de aprender Braille, foi realizado em 1969, o primeiro Curso de Braile na Paraíba, aberto à comunidade e ministrado pelas professoras do Instituto dos Cegos da Paraíba. Trinta alunos participaram com grande aproveitamento do curso que teve duração de trinta dias. Fazia parte do conteúdo do curso: caracteres do Braille, orientação e mobilidade, efeitos psicológicos da cegueira, prevenção contra a cegueira.

A Campanha Nacional de Educação de Cego foi outra aliada ao Instituto, pois proveu a oferta de bolsas de estudos aos professores para cursos de especialização em outras cidades, e o envio de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) para suplementação de professores, material didático e de recreação. As religiosas tinham grande preocupação com a inserção dos cegos no mercado de trabalho e, a fim de realizar este objetivo, o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, em 1970, deu um grande passo em direção a um futuro melhor para as pessoas com deficiência visual, ao criar o setor de adaptação profissional de cegos, junto ao SENAI da Paraíba, proporcionando a esses indivíduos conhecimentos específicos de uma profissão. Este acontecimento tornou o Estado da Paraíba pioneiro do Nordeste na colocação profissional de cegos. Cabe ressaltar que todos os esforços para

realizar tal feito foram conduzidos pela Vice-Presidente do Instituto, Irmã Fabiola (Maria Rufino de Lima), idealizadora desse projeto.

Outra importante contribuição para o Instituto foi dada pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), criada sob a Lei nº 4.513 de 1º de dezembro de 1964, capítulo I da Instituição, Regime e Fins da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Em seu Art. 5º e Art. 6º Inciso I, tinha como objetivo:

[...] formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política. [...] Assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos (BRASIL, 1964, s/p).

Esta Instituição distribuiu bolsas a doze menores, totalizando NCr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros novos)¹³, que auxiliaram na alimentação e transportes dos alunos. No entanto, o que se pleiteava junto a este órgão era a possibilidade de que o benefício fosse estendido a mais alunos, pois muitos eram de famílias pobres do interior da Paraíba e precisavam de auxílio.

Através de algumas mudanças e convênios realizados pelo Instituto, as religiosas sentiram a necessidade de ampliar seus objetivos. Para tanto, no ano de 1971, o plano de trabalho do Instituto objetivava:

A integração do deficiente visual como integração na vida comum das pessoas normais, partindo da realidade-família, do que seja a Escola Residencial ao treinamento de uma profissão compatível com suas limitações e diferenças individuais, numa dinâmica de conscientização da comunidade, a maior responsável pelo bem estar social do cego (PLANO DE TRABALHO DO ICPAC, 1971, fl.01).

Para isso, foi implantado o Serviço Social, que pôde organizar melhor o atendimento, identificando cada caso e as devidas providências. Este setor tornou-se responsável pelo encaminhamento dos alunos para matrícula escolar, locomoção, terapia ocupacional, visita familiar, setor de adaptação profissional, exames médicos, entre outros. O principal objetivo do trabalho foi a conscientização da população da melhor maneira de tornar o cego útil e aceito dentro da sociedade. Quanto ao setor de adaptação profissional, registrou em 1971, 38 candidatos. Destes, 16 foram colocados nas empresas da Capital¹⁴, nas quais puderam se

¹³ Relatório de 1968, fl.01, arquivado no ICPAC.

¹⁴ Relatório das atividades realizadas no ano 1971, fls. 02 e 03 ICPAC.

integrar como elementos úteis e desejáveis.

Em 15 de novembro de 1971, aos 92 anos de idade, Adalgisa Duarte da Cunha, faleceu nesta Capital. Fundadora e benfeitora do Instituto dos Cegos da Paraíba dedicou sua vida a uma causa nobre, retirando muitos cegos da condição de mendigos e conduzindo-os a caminhos seguros na vida, através de uma preparação intelectual, espiritual e material. Teve como marca a busca incansável de garantir os direitos das pessoas com deficiência visual na sociedade.

Desde o início da administração das religiosas da Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus, o Instituto passou a funcionar em regime de internato, semi-internato e externato, atendendo, assim, crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Para tanto, ficou determinado que o internato fosse oferecido para menores de 18 (dezoito) anos, de preferência para os que não residiam na Capital, já que grande parte dos internos residia no sertão e eram de famílias pobres. Grandes eram as dificuldades, já que a instituição estava com sua capacidade máxima e a ajuda financeira recebida pelos governos Federal e Municipal era insuficiente para as despesas, obrigando, assim, as administradoras a recorrerem aos poderes públicos, às várias organizações e à imprensa escrita e falada, na intenção de divulgar as dificuldades existentes.

Convidado pelas religiosas da Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus para assumir a presidência da Instituição, José Quirino da Silva, membro do Conselho Consultivo do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, nascido em 13 de Junho de 1929, na cidade de João Pessoa, formado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, Procurador do Estado aposentado, foi quem ora estava exercendo a administração da mesma. Conheceu o Instituto através de sua esposa que era Assistente Social desta Instituição e costumava levar os alunos para se apresentar em associações dos bairros. Ele contribuía dando assistência aos alunos nestes locais. Ao aceitar o convite, foi eleito pelo Conselho Consultivo para exercer o cargo de Presidente da Instituição pelo período de 1973 a Abril de 1978, época em que deu continuidade ao programa educacional já existente como: alfabetização até a 4ª série; serviço itinerante realizado pelos professores nas escolas; aulas de música, orientação e mobilidade; Atividade da Vida Diária; Datilografia Braille e comum; Educação Física e o setor de adaptação profissional, coordenado pela Vice-Presidente, irmã Fabíola.

Durante sua gestão, sentiu a necessidade de alterar o Estatuto Interno do Instituto, já que na gestão anterior tinha sido determinado que o regime de internato seria apenas para alunos até dezoito anos. Assim, esse fato passou a constar no novo Estatuto. Outro artigo

incluído pelo Sr. Aquino juntamente com o Conselho foi a de que as pessoas com deficiência visual poderiam votar e serem votadas naquela instituição, possibilitando, deste modo, o acesso destes em cargos que antes nunca puderam exercer.

O Presidente ainda estimulou a área artística fazendo com que a bandinha do Instituto, coordenada pelo maestro Laurentino, se apresentasse em vários locais do Estado e fora, contribuindo, portanto, para uma melhor divulgação do Instituto na sociedade e valorização dos seus membros. Priorizou a reativação da oficina de vassouras, que havia sido desativada durante a administração das religiosas, entendeu que este local permitiria maiores possibilidades para inserção dos cegos no mercado de trabalho, tendo em vista, que a quantidades de vagas disponibilizadas nas empresas da cidade eram insuficientes para atender a demanda de candidatos cegos. Mesmo com a quantidade de vagas reduzidas, vários alunos foram colocados no mercado de trabalho.

As Indústrias conveniadas que colaboraram, na época, com a inserção do cego no mercado de trabalho, através da adaptação profissional, foram: FIBRASA, Industria Têxtil Mandacarú, Socic, Walling do Nordeste, Tercinorte e Gráfica Universitária.

O Instituto também recebia ajuda financeira, através do convênio firmado com a Legião Brasileira da Assistência (LBA), órgão que era vinculado ao Ministério do Trabalho e Assistência Social.

O Decreto-Lei N° 593, de 27 de maio de 1969¹⁵, autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e a adolescência. Em seu Art.1º, parágrafo 2º, objetivava:

[...] prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência, através da família desprovida de recursos, mediante o estudo das realidades médico-sociais, periódica e metodicamente apuradas. [...], a execução dos programas de assistência, em geral, deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, a outros órgãos, incumbidos de serviços semelhantes (BRASIL, 1969, p. 4.521).

Outrora a assistência aos cegos era realizada pela Campanha Nacional de Educação de Cegos, agora extinta e substituída pelo convênio de assistência do Centro Nacional de Educação Especial (CNESE), criado pelo Decreto n.72.425, do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 3 de julho de 1973, com a “finalidade de promover, em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, 2011, p.59).

¹⁵ Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/5/1969, Página 4521.

Criado como órgão central de direção superior, com suas atividades sob a supervisão da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, gozando de autonomia administrativa e financeira, o CENESP¹⁶ teve sua organização, competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno aprovado pela portaria n. 550, assinada pelo Ministro Ney Braga em 29 de outubro de 1975. Através desse órgão, o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, pôde realizar um sonho que a tempos almejava: a compra de um veículo coletivo, no qual pudesse conduzir de maneira mais rápida os alunos para as aulas externas, passeios, residências, hospital, além da entrega da produção das oficinas, entre outras.

A Secretaria de Educação do Estado e da Prefeitura foram grandes aliadas do Instituto, ao continuarem cedendo seus funcionários, a fim de contribuir tanto com o quadro docente, como para outras funções auxiliares. Fato este que ocorre até os dias de hoje. Na administração do Sr. Aquino, assim como as anteriores, o Instituto dos Cegos da Paraíba nunca esteve em situação financeira confortável. Segundo relatórios, sempre foi necessária a ajuda da sociedade, contribuindo, com doações de dinheiro, alimentos e outros gêneros.

Após a saída do Sr. José de Aquino, assumiu a Presidência da Instituição o Sr. José de Arimatéia P. da Silva, natural da cidade de Bayeux, Pedagogo, formado pela Universidade Federal da Paraíba, com especialização em Educação Especial, pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi professor em várias escolas da Capital, além de ter exercido cargos em outras Instituições Públicas, advogado militante nas áreas do Direito Constitucional, Administrativo e Penal. Exerceu mandatos eletivos de Presidente da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba. Eleito pelo conselho Deliberativo para exercer o mandato por três anos, de 1978 a 1981, foi membro vitalício do Conselho Técnico Consultivo do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha.

Sob a sua direção não houve alteração das atividades programadas para o ano em curso. A Instituição continuou funcionando em regime de internato, semi-internato e externato, com cinco professores especializados atuando desde a alfabetização até a 3ª série do 2º grau, e outros cinco como professores itinerantes responsáveis diretos pelo atendimento dos alunos que estudavam nas escolas comuns. Dois professores de Educação Física, um professor de Educação Artística e dois estagiários da UFPB nas áreas de artes plásticas e artes cênicas, um professor de orientação e mobilidade que realizava as atividades com alunos a partir de dez anos, cinco auxiliares de reabilitação, uma Coordenadora Pedagógica, Orientadora Educacional, Assistente Social e Psicóloga, juntamente com um estagiário da

¹⁶ Sobre a finalidade e competências do CENESP, ver Mazzotta, 2011, p. 60-61.

UFPB, faziam parte da equipe pedagógica. Essa equipe tinha como meta proporcionar uma formação acadêmica e profissional, para as pessoas com deficiência visual, intensificando os esforços para alcançar esse objetivo. Quanto ao serviço profissional, no ano de 1978, uma aluna foi contratada como telefonista da TELPA. Esta mesma empresa empregou outros cegos para os serviços de informações.

Durante os três anos que esteve à frente da Presidência do Instituto, o Sr. José de Arimatéia realizou muitas melhorias nas instalações físicas, bem como a compra de equipamentos necessários para o seu pleno funcionamento, como: materiais didáticos, relógio para os cegos, máquina de datilografia Braille, entre outros. Tudo foi possível graças ao convênio renovado por um ano com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor “Alice de Almeida” (FEBEMAA), e outro firmado com a Legião Brasileira de Assistência (LBA). No entanto, por não obter recursos para a compra de matéria prima e manutenção dos equipamentos, foi necessário desativar a oficina de vassouras do Instituto.

Em sua trigésima sessão, de 16 de dezembro de 1976, a ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, pela RESOLUÇÃO 31/123, proclamou, oficialmente, o ano de 1981 como o ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES e estabeleceu seus objetivos principais:

1. Ajudar os deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade; 2. Promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade; 3. Estimular projetos de estudo e pesquisa, visando a participação prática e efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes; 4. Educar e informar o público sobre o direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e política; 5. Promover medidas eficazes para a prevenção de deficiências e para a reabilitação das pessoas deficientes (BRASIL, 1980, p. 2).

Segundo Mazzotta (2011), durante este período, as Instituições Especializadas passaram por inúmeras mudanças, exigências estas dos órgãos pertencentes à área de Educação Especial. Ficou, portanto, estabelecido pelo Ministério da Educação e Cultura que o ano de 1981 seria apenas o marco inicial de todo um trabalho em prol das pessoas com deficiência, o qual teria prosseguimento ao longo da década. Este fato permitiu o acontecimento da I Jornada Paraibana de Pessoa Deficiente, realizada entre os dias 23 a 25 de abril de 1981 em João Pessoa, no auditório do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), contando com a participação do ex interno do

Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, e também deficiente Visual, Manoel Belarmino de Souza, apresentando o tema "O Deficiente Visual", além da participação de representantes da Indústria IBRAVE, que fizeram uma análise da atuação profissional das pessoas com deficiência visual.

Finalizado o período do Sr. José de Arimatéia à frente do Instituto, foi realizada uma nova Assembleia com o Conselho Deliberativo, na qual foi designado para o cargo de Presidente do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, o Sr. Hálamo Duarte da Cunha, membro do Conselho Consultivo, filho da criadora e fundadora do Instituto dos Cegos, Adalgisa Duarte da Cunha e do Dr. Clímaco Xavier da Cunha.

Hálamo nasceu na cidade do Recife, ingressou na Universidade de Agronomia em Viçosa, Minas Gerais, e concluiu na Universidade Federal da Paraíba, na cidade de Areia. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco, estudou nos Estados Unidos durante alguns anos, realizando cursos em eletrificação, e retornou ao Brasil, onde iniciou seu trabalho na Companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco (CELP), local de que veio a se aposentar em 1981.

O Sr. Hálamo esteve à frente do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, por três mandatos, durante nove anos, de 1981 a 1990. Deu continuidade ao programa educacional do Instituto, que iniciava com a alfabetização até a 4ª série do primário. Neste período, o Instituto contava com oitenta e um alunos sob o regime de internato, semi-internato e externato e todo o serviço de reabilitação necessário às pessoas com deficiência visual, além de assistência médica-odontológica e psicológica. Durante gestões anteriores, a oficina de vassouras, por várias vezes foi ativada e desativada por questões financeiras. No entanto, ao assumir a Presidência, o Sr. Hálamo fez questão de reativá-la, possibilitando, assim, aos alunos mais uma oportunidade de qualificação profissional.

Os convênios ao Instituto foram os mesmos das gestões anteriores, contribuição de associados; Legião Brasileira de Assistência (LBA); Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM); Fundação Estadual do Bem Estar do Menor "Alice de Almeida" (FEBEMAA); Secretaria de Educação e Cultura do Estado e Município, disponibilizando recursos humanos, como: Professores, auxiliares de serviços, motoristas, vigias, Psicólogos, Médicos e dentistas; Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC)¹⁷, em substituição ao Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), a qual manteve, basicamente, as competências e a estrutura do CENESP (MAZZOTTA, 2011, p.62).

¹⁷ Decreto n. 93.613, de 21 de novembro de 1986. Legislação Federal, 1986. p.1.163-1.164.

Em sua gestão, o Sr. Hálamo efetivou importantes parcerias internacionais de cunho financeiro, como na Alemanha, pela Sociedade Católica Alemã, e na Espanha, pela Organização Nacional dos Cegos da Espanha (ONCE). Com esses recursos, pôde realizar melhorias na estrutura física do Instituto, bem como na compra de materiais didáticos e equipamentos para a melhoria da aprendizagem dos alunos, além de recursos da FUNABEM, para a compra de mais um veículo coletivo.

Assim como na gestão da sua mãe, ele também se preocupou com a situação das crianças, jovens e adultos com deficiência visual do interior do Estado e, a fim de retirá-los da mendicância e situação de abandono, recorreu a Juizes de Direito destas localidades, para que os mesmos pudessem ajudar, direcionando estas pessoas para o Instituto a fim de terem acesso à educação e reabilitação. Para isso, realizou campanhas de divulgação do Instituto nessas localidades.

Um fato importante no que se refere à valorização e a preocupação dessa Instituição com as pessoas com deficiência visual foi a participação, pela primeira vez, de uma pessoa cega na diretoria do Instituto dos Cegos, como diretora de relações públicas, possibilitando o máximo aproveitamento de suas potencialidades.

Finalizado o período administrado pelo Sr. Hálamo, foi eleita a nova presidente do Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, membro do Conselho Consultivo, a Sra. Maria do Socorro Quintas Coutinho. Ela esteve à frente do Instituto por dois mandatos, durante seis anos, de abril de 1991 a março de 1997. Natural da cidade do Congo, Paraíba, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, especializou-se em Macro – Planejamento, no IPEA, Brasília. Foi Secretária de Educação do Estado da Paraíba e Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de 1997 a 1998.

Durante a gestão da Presidente Maria do Socorro, importantes mudanças foram realizadas, principalmente na área de educação, como: a incorporação no currículo da disciplina de religião; melhoria no ensino-aprendizagem; curso de qualificação para professores; participação em eventos na área de Educação Especial, entre outras. Além disso, durante o seu segundo mandato como Presidente, sentiu a necessidade de reformular o Regimento Interno e o Estatuto do Instituto dos Cegos¹⁸, que entrou em vigor após a realização da Assembleia Geral em 1º de julho de 1994.

Foi a partir desse contexto que este local tornou-se uma escola de fato e de direito, funcionando dentro dos padrões educacionais, como escola de 1º grau. Antes de assumir a

¹⁸ Publicado em Diário Oficial do Estado da Paraíba, n.º. 9768, p.12, 5 de ago. 1994.

Presidência do Instituto, não havia sistematização do trabalho pedagógico. Outra modificação realizada no novo Estatuto foi com relação ao direito de voto, que, embora já tivesse sido alterado, uma nova mudança foi necessária, para permitir que professores, alunos e pais pudessem votar através de uma Assembleia Geral.

Nesta perspectiva, o novo Estatuto veio para melhorar o trabalho que era realizado. Assim, o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, tinha como prioridade a partir da reformulação do Estatuto: desenvolver e executar programas nas áreas de educação, cultura, esportes, lazer, pré-profissionalizante, entre outros, visando a integração do cego na sociedade e o pleno exercício de sua cidadania, e por finalidade:

1. Proporcionar o atendimento educacional à crianças, adolescentes, jovens e adultos portadores de deficiência visual, visando sua integração à sociedade e o pleno exercício de sua cidadania ;
2. Trabalhar pela conscientização da sociedade, visando difundir as potencialidades e direitos dos portadores de deficiência visual;
3. Promover intercâmbio com Instituições de deficientes visuais à nível regional, nacional e internacional, visando a consolidação de seus objetivos comuns;
4. Estimular a participação dos alunos em atividades artísticos – culturais, recreativa, desportiva, pré-profissionalizante, entre outros, promovidos na comunidade;
5. Promover intercâmbio e cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras, visando à ampliação e melhoria dos serviços da Instituição;
6. Promover e/ou apoiar encontros, seminários, simpósios, cursos de reciclagem e outros, com o objetivo de debater e deliberar sobre questões específicas.

As atividades de reabilitação continuaram as mesmas das gestões anteriores, bem como os serviços de professores itinerantes nas escolas regulares. Quanto aos convênios firmados, o Instituto dos Cegos continuou contando, neste período, com a Organização Nacional de Cego da Espanha (ONCE); Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Secretaria de Educação do Estado; Secretaria de Educação do Município. À medida que estes gestores assumiam o Instituto, importantes melhorias estruturais eram realizadas. Nessa ocasião, foi edificado um ambiente para receber um posto de Saúde, que possibilitou não só o atendimento dos alunos e seus familiares, mas o atendimento a toda comunidade.

A prioridade da Presidente Maria do Socorro, juntamente com a equipe pedagógica, foi sempre a preocupação com o saber e a aquisição do conhecimento, objetivos estes que fizeram parte da realidade do Instituto durante a sua gestão.

Assumiu a nova presidência, eleita através de Assembleia Geral por dois mandatos, de abril de 1997 a janeiro de 2003. Lusía Maria de Almeida, primeira pessoa com deficiência visual a exercer esse cargo, natural da cidade do Livramento, Paraíba, nasceu em 18 de fevereiro de 1963, estudou no Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, local onde iniciou seus estudos aos nove anos, iniciou na Universidade em 1984 e formou-se em jornalismo.

Lusía sempre esteve à frente dos movimentos em prol dos cegos. Foi Diretora do Departamento de Coordenadoria Municipal de Apoio e Emancipação de Pessoa Portadora de Deficiência; Membro do Conselho Consultivo da FUNAD; Membro da Comissão Brasileira de Braille vinculada ao MEC; Membro do Conselho Ibero-Americano do Braille e Secretária do Conselho Brasileiro para o Bem Estar do Cego. Durante sua gestão, realizou inúmeras conquistas para o Instituto como bolsas de estudo em escolas privadas para os alunos; Aquisição de um quite TV escola; contratação de professores; aquisição de material didático especializado; abertura de um laboratório de informática, a partir da aquisição de computadores com sistema operacional Dosvox, impressora e scanner, possibilitando assim a formação do estudante, bem como a produção de materiais impressos em Braille; melhorias na estrutura física da Instituição; compra de veículo; divulgação do Instituto dos Cegos nas cidades do interior, com o propósito de atrair mais alunos; entre outros.

O Instituto continuava a oferecer em seu sistema educacional o ensino primário da 1ª a 4ª série, constituído por uma equipe multiprofissional que contava com: Assistentes Sociais; Psicólogos; Supervisores; professores e Diretora; serviço de professores itinerantes, a partir da 5ª série; e as atividades de reabilitação. Uma importante conquista, durante a gestão da Presidente Lusía, foi a criação da Coordenação Pedagógica, a qual pode sistematizar e organizar o trabalho desempenhado pela equipe. Tais mudanças partiram, principalmente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, em seu Art. 59, que preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: Currículo, Métodos, Recursos e Organização específicos para atender às suas necessidades. Assim o Instituto passou a dividir os setores em sete núcleos, como: núcleo de sala de aula da 1ª a 4ª séries; núcleo de reabilitação; núcleo de artes; núcleo de serviços itinerantes; núcleo de internato; núcleo de saúde e núcleo de material escolar. Estes núcleos tinham seus respectivos representantes, responsáveis pela condução do trabalho pedagógico.

Quanto à colocação profissional, neste período, o Instituto inseriu no mercado de trabalho quatro telefonistas, a partir da parceria que tinha com a empresa de

Telecomunicações da Paraíba (Telpa), e o Departamento de Estrada e Rodagem (DER), além da contratação de duas telefonistas pelo Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha. Fazia parte dos convênios de manutenção do Instituto, a Secretaria de Educação do Estado, a Secretaria de Educação do Município, Merenda Escolar do Município, Secretaria de Saúde do Estado e doações da comunidade em geral.

Outra importante contribuição foi feita pela Secretaria de Finanças do Estado, que incluiu o Instituto dos Cegos da Paraíba na campanha “Nota Fiscal”, mesmo recebendo recursos desse órgão para sua manutenção, as dificuldades financeiras do Instituto sempre estiveram presentes durante essa gestão. Em 22 de janeiro de 2003, cumprindo o seu último mandato, Lusía foi vítima fatal de um trágico acidente de carro que a afastou da instituição que presidiu com tanta determinação, coragem e bons resultados, devido a sua larga experiência a frente de movimentos em prol da Educação Especial das pessoas com deficiência visual.

Com o falecimento de Lusía, assume a Vice Presidente, Maria de Lourdes Lacerda de Farias, pelo período de 2004 a 2006. Natural da cidade de Pombal, Paraíba, nasceu em 22 de novembro de 1942. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

Durante sua gestão, continuou o programa educacional que o ICPAC realizava na gestão anterior, sob o regime de internato, externato e semi-internato. Na ocasião, o ICPAC passava por grandes problemas financeiros, pois contava apenas com verbas vindas da Prefeitura de João Pessoa e da Secretaria de Desenvolvimento Social, antiga (LBA) e algumas doações individuais realizadas por parte da sociedade. Esse problema de cunho financeiro impediu que fossem realizadas melhorias na instituição, apenas a conclusão da piscina iniciada na gestão da Presidente Luisa.

Na intenção de conseguir mais recursos financeiros, elaborou um projeto simples de reciclagem de papéis e latas de alumínio. No entanto, o valor arrecadado era insuficiente para as despesas da instituição.

A empresa que tinha convênio com ICPAC para colocação dos alunos no mercado de trabalho era o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), que empregou 4 indivíduos para exercerem o cargo de telefonista.

Ao fim do mandato da Maria de Lourdes, foi eleita, através de Assembleia Geral realizada em 22 de fevereiro de 2006, Maria do Socorro Belarmino de Souza. Nasceu em 08 de janeiro de 1969, na cidade de Itapetim, Pernambuco. Aos quatro anos foi enviada ao ICPAC, local onde iniciou seus estudos.

Formada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, administrou a instituição por dois mandatos, entre os anos de 2006 a 2012, período em que o ICPAC atendia cerca de 100 alunos, sendo 20 deles internos.

O programa educacional permaneceu o mesmo até 2009, oferecendo o ensino da alfabetização até a 4ª série. Em 2010, o Instituto deixa de atender essa modalidade de ensino em cumprimento à política de inclusão e passa a oferecer aos alunos matriculados na rede municipal de ensino o Atendimento Educacional Especializado (AEE), funcionando no turno da manhã e da tarde em horário oposto ao da escola. O serviço itinerante permaneceu atendendo aos alunos da 5ª série até o 3º ano do Ensino Médio das Escolas Públicas e Particulares da cidade, bem como todo o atendimento de reabilitação aos seus usuários. Outra mudança importante foi o fim do regime de internato, pois as instalações estavam em condições precárias e havia muita preocupação, por parte da Presidente, quanto aos alunos e alunas que ficavam internados durante a semana.

Durante sua gestão, criou o serviço de telemarketing na intenção de arrecadar recurso para melhorias estruturais do prédio, pois o ICPAC passava por sérios problemas financeiros ao ponto de se cogitar o seu fechamento. O quadro de profissionais durante esse período encontrava-se defasado pelas inúmeras aposentadorias e pela não renovação, por parte dos órgãos públicos, entre tantos outros problemas de infraestrutura e falta de materiais.

Essa realidade fez com que Maria do Socorro Belarmino conduzisse as ações visando organizar a vida burocrática da instituição, bem como buscar parcerias e aprovação de projetos e convênios. Alimentava também o sonho da autogestão e a busca da autonomia financeira.

De 2012 até a presente data, está à frente da administração do ICPAC o Presidente José Antônio Ferreira Freire, natural de Carpina, Pernambuco, nasceu em 27 de fevereiro de 1969. Recebeu o convite para ser Presidente da instituição quando foi eleito através de Assembleia Geral.

José Antônio sempre participou dos movimentos em prol das pessoas com deficiência em Recife e deu continuidade a causa quando se mudou para João Pessoa. Militante tanto na área política como de esportes das pessoas com deficiência. É Vice-Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil, Coordenador técnico na área de esportes da pessoa com deficiência e foi Presidente da Associação Paraibana de Cegos.

Realizou grandes melhorias na estrutura do prédio, compra de mesas para o refeitório, ar condicionado em todas as salas de aula, compra de dois automóveis para melhor

mobilidade dos alunos, entre outros.

Um dado importante que deve ser citado foi a criação do Ponto de Cultura, única entidade de atendimento à pessoa com deficiência visual no Brasil que tem esse benefício. Esse espaço é mais uma ferramenta de acesso à cultura disponibilizada aos alunos com deficiência visual. No projeto, denominado “Luz da Arte”, é oferecida oficina de dança, teatro, música com vários instrumentos e computadores com programas para que os alunos possam compor e aprender música através de partituras em Braille. O ICPAC continua prestando assistência educacional aos alunos através do Atendimento Educacional Especializado, serviço itinerante e todas as atividades de reabilitação e mobilidade oferecidas anteriormente.

Quanto aos convênios, que prestam assistência financeira ao ICPAC são eles: Ministério Público do Trabalho, Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (FUNCEP), Secretaria de Saúde (SUS), Secretaria de Desenvolvimento Social, Fundação de Cultura de João Pessoa, Ministério da Cultura, Secretaria de Educação do Município de João Pessoa. Através desses convênios, o ICPAC pôde melhorar a qualidade do atendimento como a qualidade física da instituição.

3.5 Abrangência do Instituto na Atualidade

O Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha atende crianças, jovens e adultos de ambos os sexos das mais diversas localidades. Segundo dados do ICPAC, esses alunos residem em bairros considerados periféricos da Capital, como: Jardim Veneza, Alto do Mateus, Baixo Roger, Novais, Bairro das Indústrias, Anatólia, Esplanada I, Valentina, Geisel. Onde moram também seus pais e ou responsáveis. Na área metropolitana estão as seguintes: Cabedelo (Jardim Brasília e Camalaú), Santa Rita (Alto das Populares), Renascer II, Praia de Jacaré, Marcos Moura, Várzea Nova, etc. e cidades do interior do Estado da Paraíba. O ICPAC, portanto, atende as demandas da população da Paraíba, tanto de baixa renda, como também pessoas com deficiência visual pertencentes às famílias com razoável condição financeira (ICPAC, 2012/2013).

A preocupação principal desde sua fundação foi a de retirar as pessoas com deficiência visual da condição de discriminados e excluídas e proporcionar a chance de receber educação. Para isso, houve a necessidade, por parte da fundadora e dos demais Presidentes que estiveram à frente do ICPAC, de realizar um trabalho de conscientização junto aos órgãos responsáveis na intenção de atrair alunos cegos, de todas as localidades. Esta

iniciativa possibilitou alcançar cidades e até mesmo Estados vizinhos que não tinham instituições preparadas para o atendimento das pessoas com deficiência visual, já que as que existiam no nordeste estavam situadas nos Estados da Bahia e Ceará, causando, portanto, um grande déficit para os demais estados dessa região. Segundo o jornal A UNIÃO (1944), em recenseamento realizado no Brasil e na Paraíba (Estado e Capital), em 1900, 1920 e 1940, pôde-se registrar os seguintes coeficientes por 10.000 (dez mil) habitantes.

Quadro 2 – Coeficientes de Cegos por 10.000 habitantes

CENSO	BRASIL	PARAÍBA	JOÃO PESSOA
1900	10,9	3,9 (?)	-----
1920	9,8	15,0	14,7
1940	10,6	20,7	24,2

Fonte: (JORNAL A UNIÃO, 1944, p. 5).

Observa-se, portanto, no Quadro 2 que de 1900 a 1940, o coeficiente de cegueira no Brasil de modo geral, se manteve praticamente constante, enquanto que na Paraíba eles se mantiveram mais altos e em crescimento. Nesta perspectiva, uma instituição desse modelo em terras paraibanas foi essencial para alcançar a elevada quantidade de pessoas com deficiência visual desassistida pelo poder Público nas mais diversas localidades do Estado, distantes das salas de aulas e da possibilidade de construírem uma vida digna e de igualdades.

3.6 A Importância do Instituto no Processo de Inclusão em Espaços Escolares

Atualmente a Educação Inclusiva tem sido foco de pesquisas e estudos, porém foi a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº. 9394/96 que esta incorpora os princípios propostos pela Conferência Mundial sobre Educação Para Todos em Jomtien (TAILÂNDIA, 1990) e a Declaração Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais da Salamanca (ESPANHA, 1994). Assim, considera-se que, tardiamente, a inclusão vem ganhando força no debate social, político, acadêmico e cultural, ao iniciar-se no Brasil, incorporada na LDB em 1996.

O Brasil fixou algumas metas com o propósito de melhorar a educação de crianças com deficiência, além de oferecer um melhor atendimento ao sistema educacional. Podemos observar tais mudanças nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinar que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, s/p).

No entanto, percebe-se que, ao longo desses anos, as políticas educacionais para educação especial não têm atendido de forma satisfatória o objetivo de conduzir a escola regular a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A Declaração de Salamanca, ao abordar a Estrutura de Ação em Educação Especial, em um dos seus quesitos afirma que “[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras” (BRASIL, 1994).

Vale ressaltar que incluir não é apenas inseri-las no ambiente escolar, mas são necessárias algumas mudanças. As instituições necessitam de estruturas adequadas, professores capacitados, bem como, uma proposta pedagógica apropriada de acordo com as necessidades dos indivíduos, assim como as sugeridas na Declaração de Salamanca:

Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares (BRASIL, 1994).

Diante do exposto, observa-se um grande paradoxo em relação à inclusão de alunos com deficiência em classes comuns uma inclusão que exclui. Embora contemos com o apoio de um aparato legal, através de políticas públicas e declarações mundiais para que a inclusão aconteça, na prática, não há o que comemorar, ao se deparar com um sistema educacional precário, que causa um grande número de excluídos no processo de inclusão escolar.

Ao longo dos 70 anos de criação, o ICPAC sempre esteve preocupado com a educação, socialização e inclusão dos seus alunos, antes mesmo da criação das Políticas de Inclusão. Este já havia se antecipado, ao criar o serviço itinerante, nos quais professores vinculados ao Instituto prestavam assistência aos alunos que estudavam nas escolas regulares da cidade, bem como auxílio aos professores. Essa preocupação foi tanto em espaços escolares, quanto em espaços profissionais, como nos mostrou esse estudo. Ele nos permitiu conhecer as inúmeras contribuições que o ICPAC proporcionou às pessoas com deficiência visual, desde a sua fundação até os dias de hoje, através de levantamento histórico da instituição. Os relatórios, matérias de jornais da época, documentos, depoimentos, entre outros, permitiram verificar a atuação de todos os presidentes, sempre preocupados com a

melhoria do atendimento aos seus alunos, bem como, a educação oferecida.

O Decreto 6.253 de 2007 regulamenta alguns dispositivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB). O texto instituiu e definiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. O Decreto 6571 de 2008 acrescentou um dispositivo à legislação referente ao AEE, permitindo que o mesmo pudesse ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o poder público.

Somente em 2010, o ICPAC se adequou a nova Política, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado aos alunos do Ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio, matriculados na rede Pública de ensino, em horário oposto ao da escola regular, atendendo aos objetivos e finalidades que foram propostos nos documentos acima citados. Tais dados revelam o compromisso histórico do ICPAC com a inclusão de alunos com deficiência visual, complementando, às necessidades específicas destes estudantes. Demonstram, ainda, as mudanças e adequações que a realidade foi impondo ao ICPAC e o quanto este esteve focado no seu objetivo, sem perder de vista o diálogo com os novos tempos.

3.7 Depoimentos dos sujeitos

As ponderações aqui registradas são fruto de um trabalho de reflexão do pesquisador, portanto, não tem a pretensão de uma verdade absoluta, mas uma possibilidade de interpretação da realidade. Abordaremos, portanto, as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, realizadas na sede do ICPAC.

O Pai de uma aluna cega

A entrevista com o pai de uma aluna cega aconteceu no dia 21 de janeiro de 2015. Durante a entrevista, o pai relatou as dificuldades encontradas na sua cidade para que a filha pudesse ser alfabetizada, tendo em vista a falta de professores capacitados. Por essa preocupação, decidiu buscar apoio no ICPAC.

É enfático na sua fala, quando reconhece a importância que a instituição representa

para a educação da sua filha, como vemos a seguir:

Minha filha estudou durante cinco anos na escola da minha cidade (Caiçara) e não aprendeu nada, as professoras não fizeram curso de Braille para ensinar minha filha. Com três meses no Instituto, ela começou a fazer o nome dela no Braille e assinar e eu estou muito feliz com esse lugar.

O aluno Cego

A entrevista com o aluno aconteceu no dia 12 de fevereiro de 2015. Durante a entrevista, o aluno relatou a sua satisfação por ter um local apropriado que lhe possibilitasse aprendizagens de várias atividades e o reconhecimento que esta instituição representa para sua vida. Podemos observar essas informações em sua fala transcrita a seguir.

Estou três anos no Instituto, eu aprendi muitas coisas, música, informática, natação. O Instituto é minha segunda casa, tudo eu aprendi aqui (ICPAC) é muito bom.

A professora e ex-aluna

A entrevista com a professora e ex-aluna aconteceu no dia 11 de fevereiro de 2015. No decorrer da entrevista, a professora relatou a contribuição que o Instituto proporcionou para que ela pudesse alcançar conhecimento e autonomia. Conforme sua fala, transcrita a seguir, podemos perceber a gratidão demonstrada por ela à instituição.

O ICPAC é para todo deficiente visual, como se fosse uma redenção, porque aqui todos nós estudamos e nos preparamos para a vida. Sempre na medida do possível, tive o atendimento que precisava. Ao Instituto eu devo o que sou e o que tenho.

O Presidente do ICPAC

A entrevista com o Presidente do ICPAC aconteceu no dia 21 de janeiro de 2015. Durante a entrevista, o presidente destacou a dificuldade em se manter uma ONG no nosso país e também deixa clara a visão que o mesmo tem do ICPAC. Conforme sua fala, transcrita a seguir, o ICPAC substitui o papel que deveria ser feito pelo Estado brasileiro, identificando as lacunas que existem nas nossas políticas. Ele percebe o instituto como o local capaz de atender às necessidades dos alunos com deficiência visual, tendo em vista isto não acontecer na escola pública.

Ele destaca:

Para uma ONG nunca vai ser muito fácil, a gente tem que manter uma situação que o Estado não assume. Se o Estado, Município e Governo Federal assumissem, não tinha necessidade de ter Instituto dos Cegos. Se tivesse uma escola preparada para receber uma pessoa com deficiência, um centro de reabilitação, mas sabemos que não é assim. O Instituto dos cegos sempre vai ser necessário na vida da pessoa cega, porque o governo é despreparado para isso.

A Coordenadora Pedagógica

A entrevista com a Coordenadora Pedagógica foi realizada no dia 12 de fevereiro de 2015. Durante a entrevista, a coordenadora destacou a importância que a instituição representa para os alunos que necessitam do atendimento educacional especializado. De acordo com o seu relato, transcrito abaixo, o ICPAC é um diferencial, pois, as pessoas com deficiência visual recebem todo o aparato necessário para o seu desenvolvimento intelectual e físico. Porém, a coordenadora é enfática em dizer que ainda falta muito para que as escolas se adaptem ao novo sistema de ensino e possam oferecer educação em todas as modalidades de ensino privilegiando os alunos que estão fora das escolas.

Ela destaca:

O Instituto é um diferencial na vida das pessoas que passam por aqui (ICPAC). Na parte educacional, ele dá muito apoio, apoio pedagógico, de acessibilidade e reabilitação. O foco é justamente o AEE, que a escola não está preparada para fazer. O bom seria que nós fizéssemos apenas o que a escola não oferece, como: locomoção, AVD, Educação Musical, mas termina fazendo também a parte pedagógica. Infelizmente as escolas, algumas estão se capacitando, agora, mas a grande maioria não está apta a fazer o atendimento necessário para as pessoas com deficiência. Tem alunos da Educação Infantil estudando aqui (ICPAC), porque as escolas que eles vão ainda não estão preparadas para receber um aluno nessa faixa etária.

No transcorrer da entrevista foi identificada uma unanimidade quanto à importância que o ICPAC contribui para o desenvolvimento cognitivo e social daqueles que tiveram oportunidade de ter essa experiência.

Podemos afirmar, contudo, que as políticas de inclusão voltadas para as pessoas com deficiência, por uma lado, foi de extrema importância, pois as pessoas que eram segregados em instituições destinadas apenas para esse público passaram a ter o direito de compartilhar o mesmo espaço educacional e os mesmos direitos que os demais alunos. Por outro lado, percebe-se que, ao longo desses anos, as políticas educacionais para educação especial não

têm atendido de forma satisfatória o objetivo de conduzir a escola regular a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

De acordo com os entrevistados, o Estado não está preparado para prover um atendimento educacional aos alunos com deficiência visual, pois ainda existem barreiras que separam as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. É possível perceber que questões essenciais como a alfabetização em Braille e atendimento educacional especializado não têm sido oferecidos de maneira satisfatória nas escolas regulares, passando para o instituto essa responsabilidade. A inércia dessas escolas em atender aos anseios dos usuários do instituto, notadamente pela falta em seus quadros de pessoal capacitado para lidar com as necessidades desses indivíduos, o preconceito e a estrutura física, tem atrasado significativamente o desenvolvimento desses alunos.

Acreditamos, portanto que, na atualidade o ICPAC é a única organização na cidade de João Pessoa capaz de proporcionar aos alunos com deficiência visual uma educação apropriada e de qualidade, educação essa que atenda as diferenças dos indivíduos, a fim de garantir a aprendizagem tornando-os autônomos para desempenharem sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado buscou reconstruir a trajetória histórica da Instituição de atendimento as pessoas com deficiência visual na Paraíba a partir de 1944, instalado em bases modestas. O Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, Organização não governamental, em poucos anos, se tornou uma organização modelar, como obra de assistência e educação graças ao empenho e esforço da Senhora Adalgisa Duarte da Cunha bem como de pessoas sensibilizadas com a situação das pessoas com deficiência visual, excluídas da sociedade.

As iniciativas relativas à abertura do Instituto dos Cegos da Paraíba, como citado anteriormente, se deu a partir de um contexto particular, no qual todo o assistencialismo, caridade e, em particular, a educação especial que se fazia presente, de maneira alguma, podem ser depreciados em seus valores individuais, pois elas fizeram o papel do Estado, que, por muito tempo, foi omissor na sua obrigação de legislar e fazer cumprir as leis que garantissem os direitos do cidadão.

Neste contexto, ao longo dos anos, a trajetória do Instituto foi sempre marcada por uma história de muitas dificuldades financeiras presentes durante a gestão de praticamente todos os Presidentes. Por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, por mais que se fizessem campanhas de conscientização junto à sociedade, a fim de solicitar recursos, o instituto nunca pode alcançar de fato sua independência financeira, pois as doações eram insuficientes para atender a demanda. O Governo da Paraíba, nas esferas Estadual e Municipal, estiveram presentes, contribuindo ora com subvenções que, muitas vezes, não tinham regularidades quanto as datas dos pagamentos, ora com funcionários disponibilizados ao Instituto. De certa maneira, esta iniciativa foi e ainda é de extrema importância para continuidade do trabalho desempenhado por essa Instituição. Tal dificuldade ainda está presente nos dias atuais.

As dificuldades se evidenciaram também no relacionamento entre os familiares das crianças cegas, que, na maioria dos casos, ao levar seus filhos para o Instituto, não retornavam para buscá-los, pois acreditavam ser um grande peso ter uma pessoa com deficiência no seio familiar. Sabemos que esse ato de abandono e segregação das pessoas com deficiência se fez presente ao longo de vários períodos da história e ainda se fazia durante anos às muitas crianças do Instituto dos Cegos da Paraíba. Entretanto, podemos dizer que este Instituto alcançou grandes conquistas, pois esse quadro de dificuldades citados não impediu, que a escola repercutisse decisivamente na formação pessoal e intelectual de inúmeros profissionais

cegos que hoje atuam nos mais diversos setores da sociedade. Várias pessoas envolvidas em movimentos, dispostas e determinadas a trabalhar em prol das pessoas com deficiência visual fizeram sua parte para que estes pudessem vencer as barreiras encontradas em seu caminho.

Nesta perspectiva, o ICPAC teve e tem um papel fundamental na educação das pessoas com deficiência visual na Paraíba. Na atualidade, vem trabalhando em parceria com as escolas regulares da cidade, a fim de proporcionar aos alunos uma educação de qualidade no seu Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizando o papel da escola nesse atendimento, pois os alunos em horário oposto à escola, frequentam o ICPAC recebendo orientação necessária para a sua aprendizagem. É bem possível que o AEE funcione em outras escolas regulares para o atendimento de outras deficiências. No entanto, os alunos com deficiência visual são privilegiados por terem essa Instituição à disposição, preparada, organizada e preocupada com o desempenho escolar desses alunos e com um cabedal de experiências acumuladas.

De modo geral, ao se incluir uma criança especialmente na idade de alfabetização com deficiência visual em uma escola comum, é indispensável o aparelhamento do sistema para que se diminua a falha de aprendizagem dos alunos com deficiência e, por outro lado, o oferecimento de condições satisfatórias para garantir atendimento educacional adequado. Mas, como fazer isso, sem a presença de um espaço como o ICPAC?

Embora passos importantes tenham sido dados em relação às Políticas Públicas para o atendimento das pessoas com deficiência, não temos muito o que comemorar, pois as instituições Públicas Educacionais estão longe de serem modelos de educação que atenda às diferenças. Nesse contexto, o ICPAC vem realizando esse papel desde 1944, trabalhando na alfabetização de crianças, jovens e adultos com um planejamento educacional mais efetivo, com bases para os programas de aprendizagem e com respeito às peculiaridades impostas pela deficiência visual.

A partir de 1990, com o surgimento dos movimentos em defesa da inclusão de alunos com deficiência em escolas comuns, há o risco iminente da manutenção do trabalho desempenhado pelas instituições especializadas, que, durante muito tempo, tiveram papel fundamental na educação especial. De acordo com pesquisas realizadas por Mazzotta, esse movimento surge principalmente para diminuir os altos gastos do governo destinados às instituições especializadas, já que estas sobrevivem basicamente de verbas públicas. Assim, o ICPAC que antes oferecia o ensino da alfabetização até a 4ª série, atualmente ensino Fundamental I, se viu obrigado a interromper essas atividades, em cumprimento às novas

diretrizes educacionais. Esses acontecimentos, entretanto nunca permitiram que essa instituição se eximisse do seu objetivo em “não medir esforços para que o processo inclusivo de estudantes com deficiência visual se efetuassem com qualidade na perspectiva de assegurar a esses atores sociais o direito de serem diferentes, assegurando-se concomitante a liberdade das suas escolhas”. (ICPAC, 2012/2013).

Diante disto e dos dados revelados pela história do ICPAC e também dos depoimentos dos representantes do Instituto, evidenciamos que a instituição trouxe contribuições significativas para que as pessoas com deficiência visual pudessem vencer as dificuldades enfrentadas pela limitação, proporcionando aos mesmos, condições de conforto moral, material, sobretudo intelectual, tornando-os, desta maneira, autônomos e partícipes nos vários setores da atividade humana em condições de igualdade com as demais pessoas.

Não querendo esgotar o assunto, entretanto, entendemos que esse trabalho pode e deve ser enriquecido com outros dados e informações. Para isso, se faz necessário um estudo mais aprofundado em outro momento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Como elaborar monografias**. 4. ed. Belém/PA: Cejup, 1996.

BRASIL. **Ano Internacional das Pessoas com Deficiência: comissão nacional relatório de atividades**. Brasília: 1981. 58 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>> Acesso em: 25 de nov. 2014.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília. UNESCO, 1994.

_____. Decreto-Lei nº 593, de 27 de maio de 1969. **Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e a adolescência**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de mai. 1969. Seção 1, p. 4521. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969-05-27;593>> Decreto-Lei nº 593, de 27 de Maio de 1969. Acesso em 09 de dez. 2014.

_____. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** [recurso eletrônico].- 7.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. – (Série legislação ; n. 76). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia>. Acesso em: 09 de dez. 2014.

_____. Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964. **Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências**. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual**. vol. 1 fascículos I – II – III/ colaboração Instituto Benjamin Constant. Brasília: MEC/SEEP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual**. Brasília: MEC/SEEP, 2007.

_____. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. [2.ed.] / coordenação geral SEESP/MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, Alfredo Roberto de. **As condições de existência das pessoas com deficiência na história da humanidade: as bases objetivas de sua exclusão social**. 2003. 104f. Monografia (Conclusão do curso) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/pee/arquivos/Monografias/cond_d_exis_d_pes_com_defic.txt> Acesso em: 23 nov. 2014.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LE MOS, Francisco Mendes; FERREIRA, Paulo Felicíssimo. **Instituto Benjamin Constant: uma história centenária**. *Revista Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, n. 01, p.3-8, set/dez. 1995.

Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevSet1995_Artigo1.doc> Acesso em: 20 nov. 2014.

LE MOS, Renato. **Benjamin Constant: vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 572 p. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF22/lemos.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2014.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 8ª edição. São Paulo: Edusp, 2000.

Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Duarte da Cunha: Projeto Político Pedagógico. João Pessoa-PB, 2012-2013.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) _____

Data: _____

Esta pesquisa é sobre O Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha e está sendo desenvolvida por **Jaqueline Almeida Santana da Silva**, aluna do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) **Sandra Alves da Silva Santiago**.

O objetivo do estudo é Analisar o papel que o que o Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha, desempenha na educação das pessoas com deficiência visual.

A finalidade deste trabalho é contribuir para que a sociedade possa reconhecer o papel que essa instituição vem desenvolvendo ao longo da história para a educação das pessoas com deficiência visual.

É essencial a participação das pessoas envolvidas direta ou indiretamente a essa instituição, pois, permitirá a estes exporem suas opiniões contribuindo, assim, para a melhoria do trabalho desenvolvido.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista e/ou questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e possíveis publicações. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

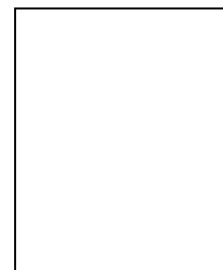
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão
dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) **Jaqueline Almeida Santana da Silva.**

Telefone: **9992-1664**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante